

DIAGNÓSTICO SISTÉMICO

DOS SISTEMAS

AGRO-SILVO-PASTORIS

NA REGIÃO DE LAFÕES

SÃO PEDRO DO SUL, VOUZELA E OLIVEIRA DE FRADES



Beneficiário:



Parceria:



Co-financiado:



Ficha Técnica

Título: Diagnóstico sistémico dos sistemas agro-silvo-pastoris na região de Lafões – São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades

Autoria: FIAN Portugal

Revisão:

- ADRL – Sónia Costa e Beatriz Almeida
- CNA – Pedro Santos e Susana Ferreira
- ADAG – Sandrina Monteiro e Ana Pinto
- ADACB – Ana Maria Antunes Martins
- ANIMAR – Célia Lavado, Tânia Gaspar e Anabela Pereira
- IPV - Cristina Amaro da Costa, Daniela Costa, Catarina Coelho e Hélder Viana

Design gráfico e capa: ANIMAR

Ano: 2021

CoFinanciamento:





ÍNDICE

| | |
|--|----|
| QUADRO TEÓRICO E METODOLÓGICO | 6 |
| 1. Quadro Teórico | 6 |
| 1.1. Sistema Alimentares sustentáveis | 6 |
| 1.2. Território e territorialidade | 6 |
| 1.3. COVID-19, Sistema alimentar e cultura alimentar | 6 |
| 2. Quadro Metodológico | 7 |
| 2.1. Passo 1: O sistema alimentar territorial | 7 |
| 2.2. Passo 2: Identificação das populações vulneráveis | 8 |
| DIAGNÓSTICO | 9 |
| 1. Construção territorial e pré-tipologia de atores | 9 |
| 1.1. Características gerais da construção territorial | 9 |
| 1.2. Zoneamento e pré-tipologia de atores | 11 |
| 2. Processos de Mudança | 17 |
| 2.1. A Dinâmica Populacional | 18 |
| 2.2. A Dinâmica da Economia Ambiental | 19 |
| 2.3. A Dinâmica Económica Agroalimentar: a construção de uma bio-região. | 22 |
| 3. Potenciais impactos do Fenómeno COVID 19 no território: uma aproximação desde a SAN. | 24 |
| 4. Grupo Focal do Município de Vouzela | 25 |
| COMENTÁRIOS FINAIS E RECOMENDAÇÕES | 30 |
| 1. Elementos para uma Intervenção a curto prazo no contexto do COVID19 | 30 |
| 1.1 Avaliação de sensibilidade | 30 |
| 1.2. Intervenção | 31 |
| 2. Elementos para uma Intervenção de médio e longo prazo | 32 |
| 3. Próximos passos | 35 |
| 3.1. FASE II- Identificação de Instrumentos Existentes | 35 |
| 3.2. FASE III- Intervenção | 35 |
| BIBLIOGRAFIA | 37 |
| ENTREVISTAS | 38 |
| ANEXOS | 39 |



| | |
|---|----|
| Anexo 1. Precipitação Pressões e Ventos | 39 |
| Anexo 2. Tabela dos Censos de 2001 e 2011 no Município de São Pedro do Sul | 40 |
| Anexo 3. Tamanho da População segundo altura sobre o nível do mar | 41 |
| Anexo 4. Densidade da População segundo altura sobre o nível do mar | 42 |
| Fonte: Censos 2011 | 42 |
| Anexo 5. Densidade da População em 2011 e variação de população 2001 – 2011 | 43 |
| Anexo 6. Tamanho da População em 2001 e variação de população 2001 – 2011 | 44 |
| Fonte: Censos 2011 | 44 |
| Anexo 7. Tamanho da População a 2001 e variação de população 2001 – 2011 | 45 |
| Fonte: Censos 2011 | 45 |
| Anexo 8. Produção Pecuária (bovina, Ovina e Caprina) em Portugal. 1960 – 2018 | 46 |
| Fonte: FAO STAT | 46 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1- Produção agropecuária, água e solo | |
| Fonte: Adolfo Hurtado | 10 |
| Figura 2 - Perfil da construção Territorial de São Pedro do Sul | |
| Fonte: Adolfo Hurtado | 11 |
| Figura 3 – Localizada Gestozinho - Zona alta de São Pedro do Sul 950 msnm | |
| Fonte: Erika Brenner | 12 |
| Figura 4 - Localidade de Covas do Rio - São Pedro do Sul- 450 msnm | |
| Fonte: Erika Brenner | 13 |
| Figura 5 - Localidade de Vilharigues - Vouzela - 430msnm | |
| Fonte: Adolfo Hurtado | 15 |
| Figura 6 - Câmara Municipal de São Pedro do Sul - 220 msnm | |
| Fonte: Erika Brenner | 17 |
| Figura 7 - Câmara Municipal de Vouzela | |
| Fonte: Câmara Municipal de Vouzela | 17 |
| Figura 8 - Produção tradicional de fruticultura. Forças, debilidades e oportunidades | |
| Fonte: Adolfo Hurtado | 24 |



INTRODUÇÃO

O projeto “Mitigação do despovoamento através da revitalização dos sistemas agro-silvo-pastoris no interior de Portugal”, financiado pelo PDR 2020 e implementado desde outubro 2019 pela entidade promotora, ADRL - Associação Desenvolvimento Rural de Lafões e parceiros; ADAG - Associação Distrital de Agricultores da Guarda; IPV - Instituto Politécnico de Viseu; FIAN Portugal - Associação pela Promoção do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas; CNA - Confederação Nacional de Agricultores; e a ANIMAR. Tem como objetivo geral identificar quais os fatores que propiciam o despovoamento e o abandono da atividade agrícola, em particular nos territórios do interior da região centro de Portugal, de modo a identificar medidas que permitam desenvolver sistemas agro-silvo-pastoris sustentáveis capazes de revitalizar as zonas em risco.

Para tal, o projeto prevê desenvolver um diagnóstico territorial breve para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis e dietas saudáveis.

Face ao contexto da pandemia do COVID-19, e na medida em que este contexto epidemiológico ameaça as populações vulneráveis em matéria de segurança alimentar e nutricional (SAN) e impacta no sistema alimentar territorial, foram incluídos no presente relatório elementos reflexivos sobre a adequação de políticas orientadas ao fortalecimento dos sistemas alimentares territoriais e à valorização da cultura alimentar.

O Documento encontra-se estruturado em três partes:

A primeira parte apresenta o enquadramento teórico e metodológico do trabalho, ajustando-se ao contexto do COVID-19;

A segunda parte apresenta um diagnóstico breve do sistema alimentar com enfoque territorial;

A terceira parte apresenta propostas para o fortalecimento do sistema alimentar territorial, a sua cultura alimentar e os elementos chave para a instrumentalização do sistema alimentar local na gestão da crise do COVID-19.



QUADRO TEÓRICO E METODOLÓGICO

1. Quadro Teórico

1.1. Sistema Alimentares sustentáveis

Seguindo a proposta conceptual da FAO, consideraremos sistemas alimentares sustentáveis como aqueles sistemas de produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos que possam proporcionar empregos e meios de rendimentos dignos aos produtores e todos os participantes da cadeia alimentar, oferecer produtos nutritivos aos consumidores e fazê-lo sem danificar os recursos naturais.

1.2. Território e territorialidade

Seguindo os trabalhos de Hurtado (2014), no presente relatório entender-se-á território como o resultado da interação da sociedade com o espaço através do tempo. Ou seja, os territórios como espaços socialmente construídos. Isso tem como consequência que um território seja espacial e socialmente delimitado.

As interações sociais têm diferentes espacialidades. Dada a multidimensionalidade das interações sociais, um mesmo espaço faz parte de vários territórios simultaneamente, o que exige uma organização da ação pública e privada a vários níveis territoriais. Por exemplo, uma pessoa que está em Manhouce estará no Município de São Pedro do Sul, na região de Lafões, na Serra Central da República de Portugal, na Península Ibérica, na Europa Ocidental, com todas as implicações que cada um desses territórios implica; tais como os aspectos políticos, económicos, sociais e ambientais. Isso coloca-nos perante uma dupla dimensão; a primeira dimensão de ordem espacial; e a segunda de tipo setorial. Dada a multiplicidade de territórios que constituem um espaço específico, é necessário distinguir o espaço no qual queremos intervir, daqueles que o atravessam e constroem, tanto em espacialidades maiores como menores, para o espaço em intervenção. Para isso, propomos neste trabalho o uso de *Território* para se referir ao espaço no qual intervimos, e *Territorialidade* a todos os outros espaços que fazem parte do território de intervenção. A definição de território e territorialidade visa fortalecer e vincular as estratégias de desenvolvimento e as capacidades institucionais que fazem parte da multiterritorialidade do território envolvido.

1.3. COVID-19, Sistema alimentar e cultura alimentar

O COVID-19 afeta de diversas formas os grupos sociais em matéria vinculada à segurança alimentar e nutricional. Apesar de ainda não existirem números concretos sobre a realidade da insegurança alimentar enfrentada em Portugal, face ao aumento dos pedidos de apoios alimentares para mitigar a pobreza alimentar,



temos exemplos, tal como o Banco Alimentar do Porto que viu um aumento no início de 2021 de 600% sobre os pedidos realizados.

O fenómeno pandémico, afeta de maneira direta a população mais idosa, principalmente quem sofre de doenças preexistentes, que em parte estão vinculadas a alto índice de massa corporal como problemas do coração, diabetes, hipertensão e tipos de cancro, além de pessoas com doenças/insuficiências respiratórias e imunológicas.

A Covid-19, enquanto fenómeno de saúde pública, afeta as populações expostas pela natureza do seu trabalho onde o distanciamento social não consegue ser garantido. Trabalhadores considerados essenciais, como profissionais de saúde, da cadeia agroalimentar e outros trabalhos essenciais, em muitos casos são desenvolvidos por pessoas de baixos rendimentos e com um défice de apoios sociais.

Como fenómeno socioeconómico, afeta através das contrações económicas de economias fragilizadas, ou seja, afetará mais visivelmente contextos ligados à área do turismo e à procura sazonal de mão de obra, impactando diretamente o sistema alimentar.

2. Quadro Metodológico

A metodologia geral encontra-se estruturada em três fases:

- i. Diagnóstico e perfil do sistema alimentar breve e grupos vulneráveis;
- ii. Identificação de instrumentos existentes para a boa governança do sistema dirigidos aos grupos mais vulneráveis;
- iii. Proposta de intervenção.

O presente documento responde à primeira fase, organizada através do seguinte passo:

2.1. Passo 1: O sistema alimentar territorial

Este passo procura avaliar os limites e potencialidades do sistema alimentar local para a população, em particular, a mais vulnerável em três linhas orientadoras de trabalho: i) a identificação da organização territorial do sistema alimentar local e os seus principais atores; ii) o estado da cadeia de abastecimento alimentar; iii) a cultura alimentar.



2.2. Passo 2: Identificação das populações vulneráveis

Este passo identifica (quantifica e localiza) as populações estruturalmente vulneráveis (foco nas famílias) em insegurança alimentar e nutricional, seja pelas condições epidemiológicas do COVID 19, seja por pertencerem a grupos de risco ou de maior vulnerabilidade ao impacto económico das medidas tomadas/ crise económica.

a) Identificação de grupos estruturalmente vulneráveis, por idade (referente à 3ª e 4ª geração), saúde e situação de pobreza, assim como aquelas que estarão em maior vulnerabilidade pelo impacto económico, devido às medidas implementadas para conter a pandemia:

- Estatísticas de pobreza (quantificação e localização);
 - Pessoas adultas com pobreza em ativos;
 - Crianças associadas a famílias com pobreza em ativos;
- Identificação (quantificação e localização) de pessoas idosas e (ou) grupos de risco (doenças preexistentes) com maiores necessidades (estatísticas de saúde; situação e localização);
- Identificação dos setores económicos mais suscetíveis e análise do impacto;
- Identificação (quantificação e localização) das famílias mais vulneráveis aos impactos da crise económica.

Para o desenvolvimento metodológico, tem-se partido da proposta de Sarmiento et AL., (2009). Foi feita uma revisão bibliográfica rápida e de mapas, posteriormente apoiada por uma leitura de paisagem, acompanhada por entrevistas a atores-chave para o tipo de trabalho em desenvolvimento, com os quais se afinou a compreensão da construção territorial, a pré-tipologia de atores presentes e os processos de mudanças a partir da abordagem da história.

Dado o limite de tempo, o processo de entrevista orientou-se à construção gradual dos elementos de zoneamento, pré-tipologia e processos de mudança, contrastando-se os dados relevantes entre as entrevistas e a revisão bibliográfica e também através de dados de apoio disponíveis. Ao momento do encerramento da análise não tinham sido recebidos os indicadores das populações vulneráveis, pelo que estes elementos entrarão nas propostas de orientação das ações a serem desenvolvidas oportunamente pelo poder local.



DIAGNÓSTICO

1. Construção territorial e pré-tipologia de atores

1.1. Características gerais da construção territorial

Os territórios de São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, constroem-se na região hidrográfica do rio Vouga, conhecida como a região de Lafões, entre a serra do Caramulo no Sul e as Serras de São Macário, Arada e Gralheira ao norte, na região centro de Portugal. Um território rochoso, em geral, com pouca disponibilidade de solo agricultável, com espaços relativamente planos a suavemente ondulados no seu topo (com menor disponibilidade de terra) e, nos vales formados pelos cursos de água, terraços ou lameiros, produzidos ao longo de séculos por ação humana.

Pela sua posição no centro-norte do país (ver anexo 1), conjuntamente com a sua orientação territorial a oeste, recebe as seguintes influências ambientais:

- A humidade do atlântico norte favorece a produção de biomassa, como a produção de bosques, e a produção agroalimentar, com a existência de mantos freáticos superficiais e afluentes de água que favorecem a rega e produtividade agroalimentar;
- Os ventos secos do sul (norte de África) potenciam ambientes favoráveis a incêndios devastadores, como observado em anos recentes (por exemplo, em 2017 quando os incêndios provocaram uma perda de 75% do concelho de Vouzela).

A região é bio-diversa na produção alimentar, com uma oferta igualmente diversa na oferta turística e da saúde. Esta produção agroalimentar encontra-se fortemente interrelacionada em seus resultados, através da gestão da alimentação e fertilidade, assim como no fluxo da água.



Figura 1- Produção agropecuária, água e solo
Fonte: Adolfo Hurtado

O ciclo dos solos é construído pela floresta, os musgos e pasto natural, que nascem entre as florestas e as áreas pedregosas, contribuem na sua produção através da decomposição rochosa, a digestão animal e a sua utilização como forragem. Esta última, posterior a seu uso, incrementada de urina e fezes animais, era posteriormente colocada nos lameiros num processo de produção natural e biológico dos solos. Por sua vez, as florestas eram fertilizadas pelo processo de pastagem de digestão da pecuária. Por outro lado, a produção agroalimentar dos lameiros tem o duplo propósito de alimentação humana e animal, reforçando o ciclo de fertilidade natural e produção de solos através da atividade pecuária. Por outro lado, a atividade pecuária mantém a biomassa não florestal reduzida, fator relevante no controlo de incêndios. A fertilidade vegetal vê-se reforçada pela presença da produção apícola, beneficiada, por sua vez, pela diversidade florística.

O ciclo da água, no contexto macro territorial (Atlântico Norte) é favorecido pela existência de florestas e lameiros, que reduzem o escoamento e favorecem a infiltração das águas ao subsolo. Regionalmente, tal tem como consequência a estabilidade dos cursos de água ao longo do ano e a sustentabilidade dos mantos freáticos, o que é fundamental em estratégias territoriais de produtividade agrícola.

A região, como um todo, experimenta uma redução da sua população, processo que acompanha a tendência da realidade rural portuguesa. Os jovens rurais parecem seguir três tipos de movimentos, não mensurados neste estudo: migração para fora da região; migração para trabalhos urbanos principalmente as indústrias na

região; desenvolvimento de trabalhos urbanos como renda principal e agropecuários como secundários (sejam este para autoconsumo ou produção de pequena escala para exportação como acontece com produtores de mirtilo).

1.2. Zoneamento e pré-tipologia de atores

As serras em São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, têm grande influência na construção social e nas dinâmicas territoriais atuais na região de Lafões e esta estará fortemente condicionada pela altura pelo tamanho dos vales, os gradientes das encostas que condicionaram o tamanho dos lameiros e a disponibilidade de água e terra fértil. A partir dessas variáveis que condicionaram a ocupação humana e as dinâmicas populacionais, podemos distinguir três grandes zonas agro-socio-económicas que distinguiremos como alta, média e baixa.

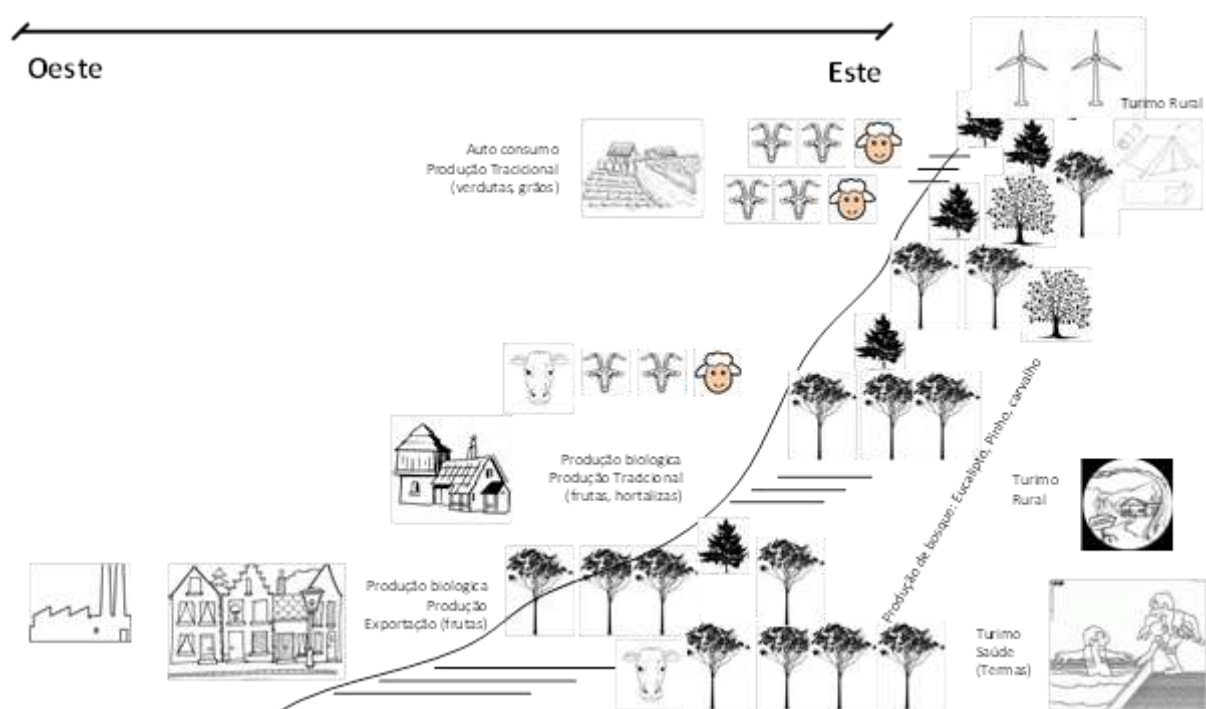


Figura 2 - Perfil da construção Territorial de São Pedro do Sul
Fonte: Adolfo Hurtado

No território composto pelas freguesias com maiores índices de envelhecimento municipal e menos densamente povoadas, há continuidade espacial entre as áreas de florestas e as terras não cultivadas.



Embora a região conte com uma economia diversa e potencialmente complementar face à fertilidade ambiental (bio-região) com rebanhos e agriculturas integrados, diversos tipos de serviços turísticos (hospedagem, alimentação, entretenimento e saúde), nas entrevistas e revisões documentais, as relações entre os atores territoriais parecem debilitadas ou inexistentes. Entre os elementos que parecem estar a contribuir para esta situação, destaca-se a carência de atores económicos articulados e de sistemas de inteligência de mercados¹, assim como o peso relevante das grandes economias regionais que permitem o desenvolvimento de economias autárquicas e desincentivam o associativismo observado em outras bio-regiões.

Zona Alta. Acima dos 440 msnm

Caracteriza-se por ser uma zona com aldeias pequenas (Anexo 2.b, < 650 hab) e menos densamente povoada (Anexo 2.c, < 20 hab/km²).



*Figura 3 – Localizada Gestozinho - Zona alta de São Pedro do Sul 950 msnm
Fonte: Erika Brenner*

Caracterizado por uma topografia fortemente ondulada, com planaltos pedregosos pouco ondulados ou planos com pouca terra no seu topo, com forte exposição ao vento.

¹ Isto é de particular importância pela atomização da oferta e procura alimentar. Desde o lado da oferta, pelo relativo baixo volume e diversidade produtiva, assim como a sazonalidade das produções e o relativo pouco tempo disponível entre a colheita e o consumo fresco. Desde o lado da procura, pela sazonalidade dos fluxos dos clientes (ciclos turísticos e de saúde) e a gestão baixa ou zero de stocks.



Em anos recentes, a economia das energias ambientais tem-se assentado aqui na colheita de energia eólica, o que tem dado novos recursos financeiros às economias destas freguesias.

Nas suas ladeiras, conta-se com produção florestal principalmente de eucalipto e pinheiro, com áreas não cultivadas que ocupam a maior área do território.

Por baixo do seu topo, encontram-se ladeiras fortemente pronunciadas com pequenos lameiros estruturados à maneira de grades ou vales estreitos entre ladeiras, o que provoca uma forte restrição na área disponível à produção agropecuária.



*Figura 4 - Localidade de Covas do Rio - São Pedro do Sul- 450 msnm
Fonte: Erika Brenner*

As áreas de cultivos desenvolvem-se através de lameiros, formados ao longo de gerações, com sistemas produtivos agropecuários. Com rebanhos predominantes de cabras e ovelhas para venda e consumo, algum gado bovino de uso múltiplo, e alguma produção porcina para autoconsumo.

A produção apícola para mel encontra-se dispersa por diversas aldeias em pequena escala, para o abastecimento da procura dentro da região. Apesar de contar com uma diversidade florística em nichos



ecológicos, com produções diferenciadas em meles de diversos sabores, odores, cores e texturas, nem a oferta nem a procura parece ressaltar essas qualidades².

A produção avícola é pontual e integrada com uma agroindústria de grande escala que providencia aos produtores de todos os fatores de produção (pintos, alimentação, saúde) e estabelece os padrões de qualidade da produção. Os produtores colocam a infraestrutura e o trabalho. A economia avícola é desvinculada de qualquer outra economia territorial.

A produção vegetal será variada entre grãos como o milho tradicional, a couve para consumo animal e humano e frutas principalmente orientadas para consumo humano.

O tamanho dos lameiros dependerá da topografia dos solos. Os tamanhos dos rebanhos dependem da quantidade de área de pastagem disponível, da sua fragmentação e das distâncias entre os fragmentos.

O turismo que vem a desenvolver-se, neste território, está relacionado ao turismo aventura com locais de alojamentos próprios e atividade de *trekking*. Não se observou, nem se encontrou referência de algum tipo de relacionamento desta atividade com a economia territorial (nem agroalimentar nem turística). De acordo com as diversas entrevistas, esta relação é frágil. Segundo as entrevistas, o modelo de negócio desenvolve-se entre o ponto turístico e os mercados regionais externos.

Ainda se preservam culturas alimentares tradicionais altamente diversas e de boa qualidade, com práticas familiares de transformação que vão desde o preparo de pratos alimentícios tradicionais a transformações como queijos, manteigas, licores e roupas tradicionais, como se observou em Manhouce, que tem sido projetado na televisão nacional, mas que fica de fora de todo o circuito agroalimentar turístico, com grande potencial de formar parte de um mecanismo turístico articulado no território específico de Lafões.

Zona Média. Entre os 280 e 500³ msnm

Caracteriza-se por ser uma zona com aldeias de altitude média (Anexo 2.b, entre 500 e 1 000 hab) e medianamente povoada (Anexo 2.c, entre 30 e 100 hab/km²).

² Segundo uma entrevista realizada a um pequeno produtor de mel, esta falta de diferenciação nas características do mel, e as deficiências na etiquetagem, deixam os produtores apícolas da região vulneráveis frente a importações de menor qualidade deste produto.

³ As referências nos limites altitudinais não são fixas, mas sim indicativas. Algumas povoações ou territórios podem encontrar-se pontualmente fora destes limites, mas o grosso da construção territorial observa-se nos limites estabelecidos, mas sem precisão técnica.



Apresenta ladeiras fortemente onduladas, com lameiros maiores que o território anterior, estruturados à maneira de grades, com vales ou médias plataformas à maneira de planaltos entre ladeiras. Conta com maiores áreas disponíveis para produção agropecuária que no território anterior. Assim também conta com cursos de água permanente e mantos freáticos para rega.

A cobertura florestal, predominante de bosques mistos de pinheiro e eucalipto, nas suas ladeiras, apresenta significativas áreas não cultivadas, numa continuidade espacial.

A produção agroalimentar é predominantemente agrícola. Aqui encontra-se uma parte importante da produção agrícola tradicional de hortaliças e fruticultura, assim como a produção biológica de frutas e vinhos. Nas áreas mais rurais ainda se evidencia a produção de grão para o pão tradicional e consumo animal.

A produção pecuária apresenta uma maior presença de bovinos de usos múltiplos, com alguns pontos de produção leiteira. Embora se encontre a presença de ovelhas, caprinos e apicultura, estes têm uma presença marginal. A produção avícola tem uma maior presença nesta zona em relação aos territórios anteriores, com melhor infraestrutura de caminhos e comunicação, no mesmo modelo produtivo de integração.



*Figura 5 - Localidade de Vilharigues - Vouzela - 430msnm
Fonte: Adolfo Hurtado*

O turismo que se vem a desenvolver, neste território, está relacionado predominantemente ao turismo rural com unidades de alojamentos próprios e atividade de recreação em espaços rurais. Não se observou, nem se encontrou referência de algum tipo de relacionamento desta atividade com a economia territorial (nem agroalimentar nem turística). De acordo com as diversas entrevistas realizadas, esta relação é frágil. Segundo as entrevistas, o modelo de negócio desenvolve-se entre o ponto turístico e os mercados regionais externos.



Zona Baixa. Abaixo dos 400 msnm

Caracteriza-se por ser a zona com os maiores povoados e cidades pequenas (Anexo 2.b, > 1 000 hab) e mais densamente povoada (Anexo 2.c, entre 50⁴ a 300 hab/km²).

As ladeiras vão de moderadas a fortemente pronunciadas com algumas áreas de lameiros com os maiores terraços naturais (planaltos) e vales da região. Os solos agricultáveis são predominantes neste território.

A cobertura florestal dominante, segundo o Plano de desenvolvimento Florestal de São Pedro, são pinheiros bravos com parcelas de florestas mistas.

Na área rural a produção agroalimentar é predominantemente agrícola. Aqui encontra-se uma parte importante da produção biológica de frutas orientadas ao mercado de exportação como o mirtilo (referente ao Município de São Pedro do Sul).

A produção pecuária apresenta uma maior presença de bovinos com alguns pontos de produção leiteira. Embora se encontre a presença de ovelhas e caprinos, esta tem uma presença marginal. A produção avícola apresenta as mesmas características que a região anterior.

Segundo algumas entrevistas realizadas, o processo de fragmentação das propriedades reduz a produtividade agrícola e pecuária, tanto pelo tamanho das áreas como pela dispersão das mesmas. Isto parece estar a impedir a adequação das unidades produtivas em tamanho e continuidade territorial que lhes permita ganhos de economia de escala, e com isso criar um ambiente favorável de opção para jovens agricultores.

O turismo que se vem a desenvolver neste território está relacionado predominantemente ao turismo de saúde com unidades de alojamentos próprios e atividade de saúde vinculada às termas. Segundo entrevistas realizadas, o tipo de relacionamento desta atividade com a economia territorial é pontual com o sistema alimentar territorial, dificultado pela falta de atores económicos e inteligência de mercado para organizar e estruturar a procura e a oferta regional gerindo a diversidade, sazonalidade e a atomização. Também, segundo as entrevistas, o modelo de negócio desenvolve-se entre o ponto turístico e os mercados regionais externos ao turismo de saúde. A restauração parece enfrentar a mesma dificuldade, e os negócios tradicionais como os

⁴ Estas referências como as altitudes também são indicativas. Novamente a freguesia do Sul conta com um número maior ao estabelecido como limites populacionais, mas ao longo de várias aldeias contínuas num planalto na encosta.

talhos e os atuais sistemas modernos de distribuição (de origem extraterritorial) não parecem preencher esta lacuna.



*Figura 6 - Câmara Municipal de São Pedro do Sul - 220 msnm
Fonte: Erika Brenner*



*Figura 7 - Câmara Municipal de Vouzela
Fonte: Câmara Municipal de Vouzela*

Neste território, encontram-se as áreas de indústria que se desenvolvem na região. Neste setor económico, encontram-se os jovens que não migram. As indústrias estabelecem o padrão mínimo de rendimento, regularidade e segurança que os jovens requerem para se assentar em atividades agropecuárias ou em outras atividades.

2. Processos de Mudança

Dos diversos processos de mudança territorial que estão a dar forma ao futuro em curto-médio prazo aos municípios de São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades na região de Lafões, numa primeira aproximação,



três destes processos parecem de relevância estratégica no desenvolvimento territorial: a) a dinâmica populacional; b) a dinâmica da economia ambiental; c) e a dinâmica da economia da bio-região (Município de São Pedro do Sul).

2.1. A Dinâmica Populacional

Quase a totalidade das freguesias de São Pedro do Sul enfrentam perdas populacionais quando se avaliam os censos de 2011 e o de 2021 (Anexo 2.d. e 2.e. à exceção de Várzea - MUDAR O ANEXO). O tamanho da população, vinculada à densidade do território encontra-se intimamente vinculado a estes resultados, à exceção de São Pedro do Sul que apresenta um comportamento fora da tendência. Dado que os tamanhos das populações e as suas densidades encontram-se vinculadas às configurações espaciais dos territórios (topografia, terra agricultável e água), os territórios mais altos tendem a ser mais afetados (Anexo 2.f). Candal, a aldeia mais alta conta com uma relativa dotação de terras por ter solos medianamente ondulados no seu âmbito, e tem assim uma queda menor a tendência territorial observada no topo, o Sul tem pelos motivos contrários uma queda maior da tendência em relação à sua altura sobre o nível do mar.

O concelho de Vouzela ocupa uma área de 193,7km² e é constituído por 9 freguesias: Alcofra, Campia, Fornelo do Monte, Queirã, São Miguel do Mato, Ventosa, UF de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, UF de Fataunços e Figueiredo da Donas e UF de Vouzela e Paços de Vilharigues. De acordo com o PorData (2021), o concelho tem 9,588 habitantes, com uma percentagem populacional de idosos superior (taxa de população >65 anos é de 29% versus a de jovens 15< que ronda pelos 9.7%) à percentagem de jovens e 61.2% da população em idade ativa (diminuição de 3%). A população do concelho tem vindo a diminuir, com uma perda populacional de 9.2% entre 2011 e 2021.

Oliveira de Frades ocupa uma área de 147.45km², e é constituído por 12 freguesias: Arca, Arcozelo das Maias, Destriz, Oliveira de Frades, Pinheiro, Reigoso, Ribeiradio, Sejães, Souto de Lafões, São João da Serra, São Vicente de Lafões, Varzielas. Oliveira de Frades conta com São Pedro do Sul a nordeste, Vouzela a leste, Tondela a sul, Vale de Cambra a noroeste e Sever de Vouga e Águeda a oeste. De acordo com os censos de 2021 (Por Data), o concelho tem 9,510 habitantes (uma diminuição populacional de 7.3% face a 2011). À semelhança dos concelhos de Vouzela e de São Pedro do Sul, a população idosa (>65 = 22.5%) é superior à população jovem (15< = 12.7%).



Além do envelhecimento populacional, a pressão sobre o sistema público de serviços traz mudanças nas dinâmicas económica e ambiental. Entre as mudanças económicas mais importantes apresentadas nas entrevistas tem-se a contração da economia pecuária nas zonas altas e médias da região, principalmente dos rebanhos caprinos e ovinos com duas consequências ambientais e uma cultural: i) mudança na composição da vegetação arbustiva e incremento da biomassa vegetal nos campos; ii) empobrecimento do processo de gestão da fertilidade territorial; iii) redução da oferta alimentar de proteína de origem animal derivada destes rebanhos com a consequente erosão da cultura alimentar territorial. Embora não tenha sido sinalizado nas entrevistas, é importante ressaltar que, a médio-longo prazo, a degradação dos lameiros poderá ter consequências no processo regional da colheita de água e controlo de escoamento de água abrindo uma brecha de risco a desastres naturais decorrentes das alterações climáticas⁵.

A fragmentação das terras, redução de tamanho e distância entre parcelas dos mesmos donos apresentam-se como um impedimento para alcançar economias de escala na atividade pecuária.

Um outro efeito ambiental vinculado ao processo de desertificação humana é o aparecimento e aumento de manadas de javalis, que, perante a falta de mecanismos adequados de controlo de população, estão a tornar-se um problema crescente para a produção alimentar nos territórios com menos população. Este é um problema partilhado por diferentes territórios rurais portugueses. Em algumas aldeias da região é visto como um problema da sustentabilidade das mesmas a médio-prazo.

Finalmente a perda sistemática do segmento jovem da população tem tido um efeito acumulativo na capacidade de inovação da região. Esta perda sucede num momento em que é necessário renovar o sistema alimentar e a economia territorial assim como integrar estas renovações nos territórios.

2.2. A Dinâmica da Economia Ambiental

Há duas dinâmicas económicas que vêm ao encontro da dinâmica ambiental das alterações climáticas destacando-se como risco para a região e para as suas estratégias de desenvolvimento.

A indústria florestal é uma opção de desenvolvimento rural desde a década de 1950 em Portugal. Esta estratégia ocorreu principalmente no século passado sob a exploração de pinheiros e carvalhos. No final do século passado

⁵ Entre os processos de mudanças climáticas que poderiam afetar a região por esta tendência, está o incremento de eventos extremos vinculados às chuvas torrenciais. Atualmente começam a produzir-se processos climáticos desta natureza no leste do atlântico norte.



e início deste, o eucalipto, de crescimento mais rápido e de maior biomassa, posicionou-se como o produto florestal de maior preferência, tornando-se o produto florestal dominante nos territórios rurais.

A dinâmica rural de contração económica e populacional deste setor tem afetado as áreas menos densamente povoadas e de infraestrutura de comunicações mais precárias. Desde finais do século passado, os rebanhos pecuários, sobretudo de ovinos e caprinos, têm-se contraído de maneira significativa no país; no referente aos bovinos, tem-se contraído nas regiões com menor produtividade a partir do retiro de subsídios, segundo foi destacado em algumas entrevistas. Na região de São Pedro do Sul e Vouzela, em Lafões, isto tem implicado a contração dos rebanhos das zonas altas e médias do território. Esta dinâmica, igual a outros territórios, como o Barroso, tem dado espaço a mudanças na composição arbustiva, tanto nas florestas como nos planaltos.

A mudança climática provoca quatro alterações nos processos ambientais globais⁶. No Atlântico norte oriental apreciam-se mudanças relevantes, como o aumento de temperatura e eventos extremos. Pela posição geográfica de Portugal, o país fica exposto ao aumento de eventos extremos chuvosos no inverno e primavera, vinculados ao clima do Atlântico norte oriental, seco e quente no verão e outono, vinculados ao clima norte-africano ao sul. Pela posição climática de Lafões (Anexo 1), no centro de Portugal, a sua dinâmica económica territorial abre duas brechas de vulnerabilidade a desastre, uma de curto prazo e já experimentada e uma de médio prazo em construção: incêndios e cheias.

Incêndios

Os incêndios florestais, principais agentes abióticos que afetam a floresta, são o principal fator de degradação da floresta portuguesa e de perturbação do equilíbrio no mundo rural. Ocorrem frequentemente, consumindo vastas áreas florestais, traduzindo-se em enormes perdas quer do ponto de vista económico quer social, com implicações a nível ambiental, ecológico e paisagístico (Comissão Municipal De Defesa Da Floresta Contra Incêndios De Vouzela, P.2).

Apesar da composição da floresta com eucalipto garantir uma maior biomassa, o eucalipto é composto por uma biomassa com maior BTU⁷. A redução e quebra dos rebanhos, principalmente caprinos e ovinos, também aumenta a nível arbustivo a biomassa disponível para arder quanto a variedades arbustivas que atingem maior BTU pela sua composição em lininas. A fragmentação do território e a falta de um ordenamento territorial

⁶ IPCC no seu relatório de 2006 visibiliza os processos de mudanças climáticas em: variações nos regimes de chuvas (mais chuvas ou mais secas), aumento das temperaturas, eventos extremos e aumento do nível do mar.

⁷ Isto implica que além de ter mais massa seca para arder, a temperatura atingida é maior.



adequado favorecem a continuidade espacial desta biomassa. Os ventos secos e quentes do sul no verão e outono geram um ambiente propício para ocorrerem incêndios e o alastramento territorial destes, que junto à biomassa disponível e as temperaturas atingidas dificultam e encarecem o seu controlo, tal como sucedeu em 2017.

Como expresso no plano da Defesa Florestal da Câmara Municipal (p 5) "As vertentes com maior exposição solar apresentam vegetação que se caracteriza pela abundância de espécies esclerófilas, que associadas a declives acentuados, favorece a rápida inflamação e propagação dos incêndios. Situação que quando associada a humidades relativas baixas e ventos fortes pode originar situações de risco". O incêndio de 2017 afetou cerca de 75% da área do Concelho de Vouzela (Comissão Independente 2018), que no seu relatório coloca que entre 1996 e 2017 mais de 75% da área ardida em Portugal corresponde a pinheiros bravos, eucalipto, matos e pastagem (com quase sempre mais de metade da área ardida). No incêndio de 2017, a Comissão estabelece que da totalidade da área ardida 49% são florestais e 42,5% matos, pastagem e improdutivas.

Foi igualmente indicado ao longo das entrevistas as problemáticas que surgem devido à falta da limpeza e desbastes dos povoamentos florestais, por falta e dificuldade em cadastrar terrenos florestais, resulta numa maior propagação de incêndios durante os meses mais quentes do ano.

Este processo derivado da economia ambiental apresenta três potenciais impactos. O primeiro, visível no curto prazo é o abandono das aldeias que se encontram já fragilizadas populacional e economicamente, com uma forte exposição aos incêndios ou ventos interligados que tornam o ar irrespirável durante dias. O segundo, visível no curto a médio prazo é sobre o desenvolvimento da economia turística rural e de aventura com potenciais perdas de segurança, beleza paisagística e infraestrutura. O terceiro impacto potencial, visível ao longo de repetidos incêndios, é o empobrecimento dos solos que vão dificultando a recuperação florística e da cobertura vegetal até terminar inviabilizando economicamente a economia florestal ou colocando-a num patamar de baixo rendimento, empobrecendo a economia territorial.

Escoamento de água, cheias e manto freático.

O duplo processo de perda de fertilidade gera, em conjunto com a cobertura florestal, meios de provocar os incêndios, junto ao processo de desertificação humana que colocam em risco a sustentabilidade dos lameiros nas encostas. De maneira cumulativa, vão reduzindo a capacidade territorial de colheita de água e sustentabilidade dos mantos freáticos a longo prazo, assim como favorecendo a emergência de fortes



escoamentos e cheias nas partes baixas do território, durante o período de inverno e outono, como resultado do processo anterior.

Os movimentos de eventos extremos vinculados a furacões no Atlântico Norte, fora da bacia do Caribe, ameaçam de maneira crescente a região este do oceano⁸. Existe uma forte margem de incerteza sobre a tendência geral que possa acontecer, mas com a atual dinâmica ambiental da economia territorial de Lafões, abre-se um espaço para probabilidades de uma tragédia sem precedentes na história recente.

Finalmente, a perda de capacidade de colheita de água e recuperação dos mantos freáticos da região de médio a longo prazo, poderá converter-se num estrangulamento da atual estratégia de intensificação da agricultura nos territórios médios e baixos da região.

2.3. A Dinâmica Económica Agroalimentar: a construção de uma bio-região.

O Município de São Pedro do Sul vem promovendo a bio-região como o seu modelo de desenvolvimento rural agroalimentar. Conta com uma associação de promotores e o apoio e promoção da Câmara Municipal. O processo de fortalecimento da estratégia de bio-região enfrenta três desafios para o seu pleno desenvolvimento: i) a interação da cadeia alimentar; ii) a integração do setor produtivo agroalimentar tradicional; iii) abordagem agroecológica com enfoque territorial. Todos eles interrelacionados, precisam de uma ação concertada pública e privada, em torno de um enquadramento regional que unifique as vontades e oriente o conjunto de ações.

Bio-região e a cadeia agroalimentar

Não obstante os bons resultados atingidos na produção, organização e mercado, são ainda enfrentadas dificuldades a montante da produção agroalimentar. Por um lado, a oferta tecnológica (sementes, fertilizantes e pesticidas) biológicos não se encontra organizada, levando ao desenvolvimento de capacidades baseadas no desempenho dos próprios sistemas produtivos e seus gestores; por outro lado, o encadeamento do sistema alimentar territorial (transformação, distribuição e consumo) enfrenta os mesmos problemas da produção agroalimentar da região como um todo (sistemas de inteligência de mercado, oferta e procura atomizada, alternativas de transformação).

⁸ 2005: Vince y Delta; 2017: Ophelia; 2018: Leslie (que teve perto de chegar à costa portuguesa como furacão; 2019: Lorenzo e Pablo (<https://www.tiempo.com/noticias/actualidad/las-nuevas-rutas-de-los-huracanes.html>))



A economia da bio-região parece ser constituída no mesmo modelo que a economia geral do território de Lafões: as unidades produtivas orientam e estruturam a sua produção ao mercado regional externo, partindo do seu território.

Produção agroalimentar tradicional, transformação da produção biológica e cadeia agroalimentar.

Neste ponto, vamos centrar a reflexão sobre os sistemas produtivos tradicionais de produção vegetal de fruticultura e hortaliças, os mais sensíveis, económica e ambientalmente ao processo de transformação da produção convencional à produção biológica.

Segundo as entrevistas realizadas, os produtores tradicionais de fruticultura e hortaliças identificam-se como pequenos e médios produtores. Embora descrevam práticas biológicas na sua produção e deem preferência a estas práticas, assinalam duas condições que enfrentam que dificultam esta plena transformação: o aparecimento de fenómenos de saúde vegetal, competidores e predadores que ameaçam com quebras produtivas que não se podem permitir, e a falta de uma oferta de materiais biológicos e assistência técnica adequada que permita solucionar estes fenómenos com custos razoáveis (quando existe uma solução disponível).

Um elemento pouco abordado ou ausente nas entrevistas, é o reconhecimento da falta de sementes biológicas adequadas às condições agroambientais da bio-região. A carência de sementes biológicas ou sementes biológicas desenvolvidas em condições agroambientais distintas, geram um atraso nos tempos de adequação da semente ao aproveitamento da nutrição dos solos, provocando a conhecida queda dos rendimentos no processo de transformação de agricultura convencional à biológica. Este período de queda de adaptação parece ser um desafio no processo de expansão da produção biológica no setor de horta e grãos na região.

Finalmente, o fortalecimento da produção tradicional e a sua qualidade (Figura 4) parece estar na base da sua vulnerabilidade, dadas as condições do sistema alimentar territorial. A produção tradicional entende que a oferta do produto deve ser de qualidade (com sabores e odores acentuados e uma textura suculenta); porém, para tal, o corte do produto deve-se produzir uma vez que se inicia o amadurecimento na planta. Mas ao garantir uma maior qualidade do produto oferecido, reduzem-se os tempos de exposição entre o seu início e a sua deterioração.

Embora continuem sendo produtos de qualidade para alimentos transformados ou mesmo para produção animal, o tamanho do mercado consumidor e a carência de sistemas de inteligência de mercado não garantem



o seu aproveitamento, levando a uma perda produtiva. A articulação da cadeia agroalimentar territorial a partir do sistema de inteligência de mercado ligado a um quadro territorial de bio-região poderia alavancar esta fragilidade e convertê-la numa oportunidade.

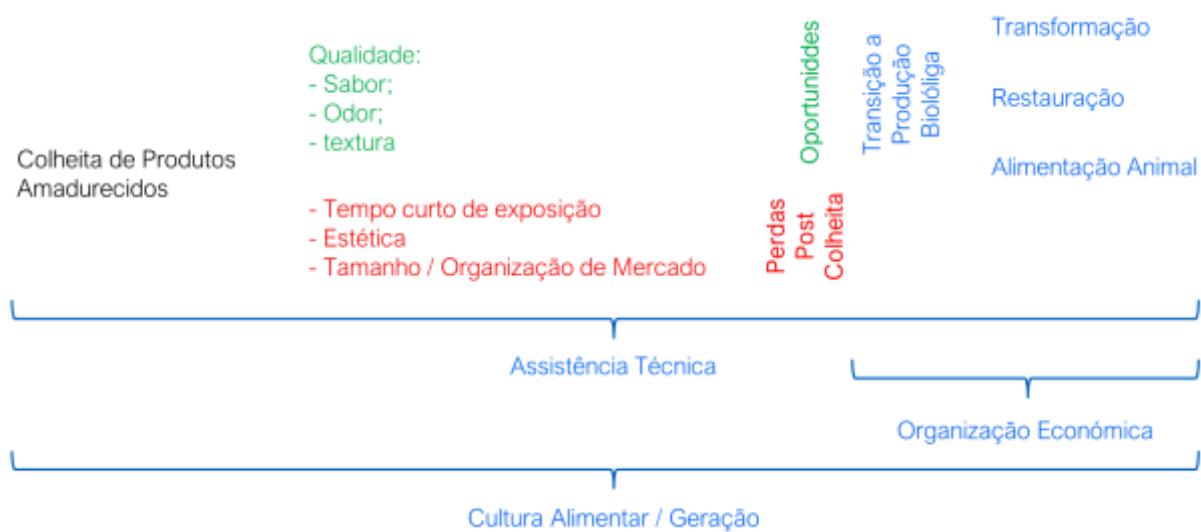


Figura 8 - Produção tradicional de fruticultura. Forças, debilidades e oportunidades

Fonte: Adolfo Hurtado

Bio-região, agroecologia e território

A bio-região, para concretizar a sua sustentabilidade e sucesso, terá de pensar na fertilidade dos solos e da água nos termos territorial-regional. Contrariamente ao preconizado na estratégia de médio a longo prazo, o cumprimento desta, está dependente de incertezas no que diz respeito aos fenómenos ambientais (seção 2.2)

3. Potenciais impactos do Fenómeno COVID 19 no território: uma aproximação desde a SAN.

Pela faixa etária de alta sensibilidade ao COVID (>65 anos), a região de Lafões, enfrenta uma ameaça direta sobre 29% da sua população segundo a informação apresentada pelo PorData (2020). O desfecho deste estudo não conta com os indicadores de morbilidade vinculado à velhice e ao alto índice de massa corporal, o que não permite um foco maior acerca destes índices (Basicamente estatísticas sobre peso).

As políticas de contingência e confinamento face à pandemia que contaram com o encerramento de serviços terão um efeito direto sobre o setor turístico do município impactando negativamente no rendimento e emprego do território.



O setor agroalimentar de produção biológica encontra-se protegido de eventuais quebras da cadeia de suprimentos de agroquímicos, mas não o setor tradicional de fruticultura e horticultura com um processo de mudança de modelo produtivo inconcluso ou sem iniciar.

A cadeia de suprimento alimentar pode ver-se afetada com o preço de produtos de origens extraterritoriais. O aumento de preço afetará principalmente as populações de baixos rendimentos e a redução de oferta física às populações de menor flexibilidade na sua cultura alimentar.

Para as crianças das famílias de populações de menor rendimento, o encerramento das escolas, e com isso a perda de acesso ao complemento alimentar, poderão ver afetado seus estados nutricionais.

4. Grupo Focal do Município de Vouzela

Realizou-se a 31 de Julho de 2020 nas instalações do Auditório da Câmara Municipal de Vouzela, um dos três grupos focais no âmbito do Projeto, “Mitigação do desenvolvimento através da revitalização dos sistemas agro-silvo-pastoris em Portugal”, sendo que os outros dois grupos focais ocorreram Guarda e no Funda, e cuja dinamização contou com elementos das equipas do projeto; Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões (ADRL - Lafões); ANIMAR; Confederação Nacional de Agricultura (CNA); Instituto Politécnico de Viseu (IPV); e a FIAN Portugal.

Amostra Final: Processos e Características

Participaram no grupo focal 9 informantes privilegiados, devido às medidas de contingência impostas no âmbito da pandemia global Covid-19. Considera-se a participação alcançada satisfatória, tendo em conta que o número de participantes se encontra dentro dos limites estabelecidos pela literatura (Santos, 2017).

Tabela 1- Caracterização sociodemográfica e profissional dos participantes

| | n | % |
|--------------|---|------|
| SEXO | | |
| Masculino | 7 | 77,8 |
| Feminino | 2 | 22,2 |
| IDADE | | |



| | | |
|--------------------------------------|---------|------|
| 25 a 35 anos | 3 | 37,5 |
| 36 a 45 anos | 1 | 12,5 |
| 56 a 65 anos | 2 | 25 |
| 66 a 75 anos | 1 | 12,5 |
| Mais de 75 | 1 | 12,5 |
| Média Etária | 49 anos | |
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | |
| Até ao 3º ciclo do ensino secundário | 5 | 55,6 |
| Licenciatura | 4 | 44,4 |
| TOTAL | 9 | 100 |

O Roteiro e a Dinamização dos Grupos Focais

A sessão iniciou com uma apresentação do projeto, durante a qual foi explicado que o projeto tem como área de intervenção os territórios do interior na Região Centro, devido a um decréscimo significativo da população, que originou o abandono da atividade agrícola. Foram ainda apresentados os objetivos deste projeto; (1) contribuir para o aumento da fixação da população nestes territórios, nomeadamente jovens agricultores; aumentar a competitividade das explorações agrícolas; (2) contribuir para a formação técnica dos agricultores; promover práticas agrícolas sustentáveis e com impactos positivos para o ambiente, resultante dos sistemas agro-silvo-pastoris; (3) valorizar os sistemas agro-silvo-pastoris através de estratégias e propostas sustentáveis; reduzir custos das explorações; (4) promover a multifuncionalidade das explorações; promoção da adoção de sistemas de certificado nas explorações.

De seguida foram colocadas as questões a serem discutidas pelos participantes. Durante esta fase os/as agricultores/as foram muito interventivos/as e pertinentes, enfatizando as principais preocupações do dia a dia que dificultam a fixação de pessoas, principalmente jovens, no interior, e a sua própria manutenção.



Resultados

Questões colocadas aos participantes:

1. *O que é que pensam do abandono do mundo rural e como é que conseguimos fazer alguma coisa para reverter a situação?*
2. *O que é que acham que leva a que os jovens saiam deste território?*
3. *Quem são e como se caracterizam estes jovens que ficam no território?*
4. *Quais são os motivos que levam ao abandono da agricultura?*
5. *Qual é a principal razão para fixar os jovens no interior?*
6. *Como é que ultrapassamos estas limitações?*

De forma a compreender os desafios apresentados às regiões do interior abordadas pelo projeto; Vouzela, Guarda e o Fundão (Castelo Branco), foram colocadas as mesmas questões aos três grupos focais, esta metodologia permitiu identificar as dificuldades sentidas a nível geral no interior de Portugal, e simultaneamente permitiu identificar características específicas dos territórios.

O envelhecimento da população nos territórios de Lafões é explícito perante os dados proporcionados pelo INE, na qual o número da população residente, acima dos 65 anos, é cerca do triplo quando comparado à população de jovens residentes abaixo dos 15 anos na região. Quando os participantes foram questionados acerca dos motivos que levam a população local a abandonar o território, as respostas recolhidas foram consensuais. Os motivos que levam ao abandono dos territórios, mais enfatizados pelos participantes, estão associadas à dificuldade de manter uma atividade agrícola, que permita uma vida digna e um rendimento justo, sem ter que exercer simultaneamente outro trabalho. O apoio de outras pessoas para exercer a atividade agrícola também se revelou imprescindível, sendo que geralmente, quem tenta conciliar a atividade agrícola com outro emprego não consegue ter horários compatíveis com o que é exigido pela prática agrícola. Quando os/as participantes do grupo focal foram questionados sobre o abandono do mundo rural por parte dos/das jovens, uma grande parte dos agricultores e agricultoras presentes frisaram que existe uma pressão para estes/as jovens abandonarem os territórios rurais para darem continuidade aos estudos, nomeadamente para o ensino



superior e seguirem carreiras que são “valorizadas” aos olhos da sociedade, comparativamente com a ideia de desvalorização associada ao trabalho agrícola rural (do campo).

A questão da burocracia colocou-se como um dos grandes desafios para quem quer permanecer e trabalhar no território enquanto mão de obra rural. Os processos ligados à burocracia surgem frequentemente como um impedimento para os/as agricultores/agricultoras, segundo os participantes, estes encontram dificuldades no preenchimento de documentos formais, prazos e tempos de resposta sobre pedidos realizados, estas dificuldades criam um sentimento de desmotivação para quem se tenta estabelecer no mundo rural. No caso específico da região de Lafões, associado a estas dificuldades enfrentadas pela população local, existe também o problema da dispersão dos territórios, ou seja, o território é composto por minifúndios. Os terrenos no território são parcelados, exigindo deslocamentos por parte de quem os cultiva, por vezes a aldeias diferentes, criando o que é considerado um dos maiores desafios enfrentados.

Foram identificadas as pragas e infestantes que podem levar à desistência e à desmotivação dos/das agricultores/agricultoras. A região de Lafões tem um grave problema com a destruição da atividade agrícola causada por manadas de javalis. Um participante do grupo focal partilhou a sua frustração, afirmando que semeia milho e batatas, mas que estas acabam por ser comidas pelos javalis devido à falta de controlo da espécie. Adjacente à destruição das culturas por pragas e infestantes, existem outros fatores que se manifestam como desafios na região, o escoamento surge como uma grande preocupação, em particular no contexto pandémico onde os festivais ligados à alimentação que dão a conhecer os produtos locais não conseguiram ser realizados, reduzindo o conhecimento externo dos produtos, mas principalmente o problema ocorre por falta de procura a nível local. É reconhecida, como já foi mencionado anteriormente, a falta de especialização em produtos diferenciados e que não originam procura local e oferecem baixa rentabilidade. Mesmo com as atividades agrícola/ pecuárias especializadas, tal como a Vitela de Lafões, que apesar de ser reconhecida pela sua qualidade, sofre de baixa procura por parte da restauração local e é geralmente vendida para fora da região.

Porém, apesar de identificados um número de desafios durante o grupo focal, os participantes conseguiram identificar algumas atividades agrícolas consideradas rentáveis no território. Entre estas foram destacadas como desejáveis e mais rentáveis a produção de castanhas, nozes e outros frutos secos, hortícolas e o mel. Os participantes da região advertiram para a falta de soluções face à baixa rentabilidade, destacando que apesar de ser interessante existirem atividades especializadas, que por questões de preservação ambiental e de qualidade do solo, os investimentos em monoculturas não são desejáveis, até porque se demonstrou



interessante tornar o território de Lafões em Bio-Região, para que não se cinga apenas ao Município de São Pedro do Sul.

Face às adversidades que o interior de Portugal enfrenta face ao aumento do despovoamento e ao baixo número de jovens que decidem fixar-se nos territórios rurais, é essencial destacar os benefícios elencados pelos participantes que levam a que os jovens se fixem na região de Lafões e que são fatores imprescindíveis para atrair pessoas para as zonas rurais. Um fator determinante é o alto índice de qualidade de vida que as zonas rurais proporcionam aos seus residentes, especialmente face à saturação provocada pelo meio urbano. Os territórios rurais apresentam um custo de vida mais baixo, em particular no âmbito dos preços da habitação face ao litoral e maior segurança. Os participantes notaram a falta de promoção e sensibilizam para o território como um fator que provoca desconhecimento sobre a região, que não permite nem aumentar a potencialidade turística da região, nem combater as dificuldades face à baixa fixação de jovens.

Por último, os participantes recomendaram que para ultrapassar as limitações identificadas, podiam ser desenvolvidas ações ligadas ao desenvolvimento de formações dirigidas ao aprofundamento de conhecimento e técnicas no âmbito das silagens, sinergias entre culturas, regadio (como fazer de forma mais eficaz) com técnicos que conhecem a realidade do território.



COMENTÁRIOS FINAIS E RECOMENDAÇÕES

1. Elementos para uma Intervenção a curto prazo no contexto do COVID19

1.1 Avaliação de sensibilidade

a) Para o foco quantitativa, qualitativa e territorial das populações vulneráveis:

Populações afetadas diretamente pelo COVID que apresentam doenças preexistentes relacionadas com a idade e obesidade, incluindo problemas de coração, diabetes, hipertensão e cancro, ou com deficiências específicas, doenças respiratórias crónicas e insuficiências imunológicas.

Populações afetadas indiretamente: Aumento da pobreza resultante da perda de emprego e **serviços de acesso a alimentos de populações de baixos rendimentos.**

Em ambos os casos é necessário a identificação territorial do(s) setor(es) económico(s) afetado(s), assim com a situação, quantificação de população vulnerável (enfoque em famílias); **Não tem apenas a ver com covid, problema prévio que se destacou durante a pandemia**

b) Para a afetação do sistema alimentar local:

Junto aos atores agroalimentares territoriais:

- Calendário intra-anual de produção e preços (diversidade e quantidade, sazonalidade) para a avaliação de disponibilidade e acesso;
- Identificação de produções sensíveis à quebra de suprimentos de agroquímicos (quantidade, diversidade, sazonalidade);
- Produções sensíveis à quebra de disponibilidade de mão de obra (quantidade, diversidade, sazonalidade);

Junto aos atores de abastecimento, estabelecer produtos com risco de abastecimento (por esgotamento ou quantidade insuficiente) (calendário intra-anual de produtos e preços);

Junto a nutricionista:

- Avaliação do balanço nutricional e energético;
- Recolha e listagens dos instrumentos culturais alimentares disponíveis;



1.2. Intervenção

Elementos para enfrentar a pandemia COVID 19 a partir de uma abordagem de soberania alimentar:

a) **Cultura Alimentar:**

- Otimização dos recursos alimentares disponíveis;
- Otimização da utilização da diversidade alimentar tradicional;
- Técnicas e produtos de transformação e armazenamento de alimentos;

Sistemas de Comunicação a partir da cultura alimentar tendo em consideração a sazonalidade e preços. Podem desenvolver-se programas de Radio e TV, a partir da cultura alimentar:

Tratando temas como a transformação de alimentos, armazenagem de alimentos e inovações na cultura alimentar para o encerramento de brechas;

b) **Mercados alimentares inclusivos:**

- Reforço nos mercados de agricultura familiar (diversas);
- Encurtar as cadeias de abastecimento e reforçar/desenvolver cintos verdes;
- Sazonalidade (temporária) e sistemas de informação sobre preços para produtos alimentares

c) **Produção alimentar sustentável:**

- Estímulo da produção agro-ecológica e biológica

- Ordenação territorial: otimização territorial da produção alimentar (quantidade e diversidade);
- Reforço e desenvolvimento da produção de pomares e hortas familiares
- Aumento das capacidades de produção de alimentos autónomos (hortas familiares biológicas);

Para isso, será necessária a negociação com redes de produtores sobre mecanismos de estímulo à produção, assistência técnica para a inovação e promoção de pomares e hortas familiares. Este processo poderia ser fortalecido através de acordos com a Academia presente no território, contribuindo para o desenvolvimento de uma extensão rural localizada;



d) Apoio às populações mais vulneráveis: Crianças, pessoas de terceira e quarta idade, pessoas em situação de vulnerabilidade

- Compras locais de alimentos e otimização de recursos alimentares disponíveis;
- Apoio Financeiro Direto

Segundo instrumentos disponíveis;

2. Elementos para uma Intervenção de médio e longo prazo

Dois grandes eixos de trabalho parecem essenciais para o desenvolvimento territorial de São Pedro do Sul e Vouzela em geral e o fortalecimento do sistema alimentar de médio prazo a longo prazo em particular: a reorganização de modelos da economia territorial e o alavancamento dos esforços em redor da bio-região.

Reorganização dos modelos de economia territorial

Fragmentação das propriedades rurais.

Em diversos territórios e em diversas atividades agropecuárias, a fragmentação da terra provoca perdas a nível económico e produtividade sobre os sistemas produtivos. Uma barreira na readequação das economias de escala que os sistemas produtivos enfrentam é que os esforços por recrear unidades produtivas espacialmente unificada parecem descansar em torno de estratégias de compra de terras o que encarece os custos de transação e incrementa os tempos para a emergência de novos sistemas produtivos. A Zona de Intervenção Florestal tem-se desenvolvido como um mecanismo orientado à gestão de prevenção de incêndios, mas parece insuficiente para resolver a problemática de produtividade e aumento de rebanhos.

A MONTIS de Vouzela parece ter encontrado outra alternativa desta situação para a produção pecuária através de sistemas de arrendamento. Poderia ser pertinente avaliar mecanismos semelhantes para o desenvolvimento de sistemas produtivos com este esquema para as áreas agricultáveis principalmente para o território médio e baixo. Para o desenvolvimento de fruticultura perene ou agricultura que exige investimentos, como mecanização ou rega, serão adequados sistemas de arrendamentos de longo prazo. O atual sistema de ordenamento cadastral em processo de desenvolvimento pode não ser suficientemente ágil para reorientar o declive do setor agroalimentar.



Pequena pecuária: tamanho de rebanho + controlo de incêndio

A MONTIS de Vouzela através da implementação de sistemas de arrendamento de terreno que resolvem o problema da fragmentação espacial e com isso a produtividade da gestão de rebanho, tem conseguido um aumento nos tamanhos de rebanhos, embora ainda enfrentem dificuldades com a debilidade da cadeia agroalimentar, o que limita os ganhos de produtividade e a emergência de alternativas de interesse para jovens neste segmento.

Sem uma adequada reorganização da economia pecuária na região, o mecanismo de controlo de incêndios vê-se limitado.

Javali, economia e a cultura alimentar

O javali até agora é entendido como uma problemática e não como uma oportunidade. Considerando o aumento de manadas como parte do processo de desertificação humana, este processo não tem visto regressão; com o crescimento do número de animais, é de esperar que mais cedo que tarde virará problema de áreas agrícolas onde agora tem pouco ou nenhum impacto.

Poderá ser conveniente uma abordagem distinta deste processo natural que permita o controlo de população e ao mesmo tempo se torne uma oportunidade para a economia territorial. Para isto, será necessário desenvolver uma linha de trabalho específica que permita: estabelecer o tamanho adequado de população, os critérios de caça (temporadas, lugares, machos e idades) e mecanismos de integração à economia territorial e ao seu sistema agroalimentar.

Para a integração económica territorial o mecanismo mais comum é o de pagamento de licenças de caça. Em alguns territórios do Norte da Europa, quando ocorrem problemáticas semelhantes (como o controlo populacional de veados em Åland) estabelecem-se responsabilidades com os proprietários das terras (um veado segundo "x" # de terra). Os donos das terras (e responsáveis pelo controlo populacional) podem caçar e consumir o animal, vender ou leiloar a licença de caça; se no final da temporada os donos da terra não intervirem, a Câmara Municipal resolve e multa os mesmos.



Desenvolvimento e fortalecimento da Bio-região:

Ao longo das entrevistas, houve três elementos que se destacaram para um desenvolvimento de longo prazo da bio-região e o fortalecimento dos esforços já empreendidos: uma compreensão agroecológica do território, uma marca territorial e inteligência de mercado.

Elementos para uma construção agroecológica:

O fortalecimento da bio-região parece exigir atenção de quatro elementos estruturais vinculados à sua sustentabilidade a longo prazo e a uma compreensão agroecológica do território: a) Gestão das águas; b) Gestão da fertilidade; c) Gestão da biodiversidade; d) Gestão do Processo de transição. O conceito de agroecologia ainda não parece suficientemente compreendido, pelo que a abordagem dos incisos (a, b, c) anteriores ainda são entendidas desde empreendimentos autárquicos e pouco se visualiza a interação territorial. Ao mesmo tempo, a problemática vinculada ao processo de transição de agricultura tradicional ou convencional parece reduzir-se ao uso ou não de agroquímicos, contudo, parece abordar pouco as limitações estruturais que a carência de uma cadeia de suprimentos biológicos (sementes, materiais e tecnologias) necessária para a transformação dos sistemas produtivos mais sensíveis a quedas de produtividades na transição.

Sistema de Inteligência de Mercado

A inteligência de mercado procura na região três elementos chave a trabalhar, que aumentem as vendas, a estabilidade, reduzam os riscos e aumentem a diversidade:

- a) Encadeamento através da transparência de informação acerca da oferta e da procura: público (IPSS, saúde e escolas) e privado (restauração, hoteleiras, comércio e turismo);
- b) Programação e gestão da sazonalidade da oferta e da procura;
- c) Encadeamento do setor agroalimentar orientado à otimização dos recursos agroalimentares (transformação e consumo animal) e fertilidade

Desenho e desenvolvimento de marca territorial

A economia territorial parece carecer de uma marca que engloba o conjunto de opções disponíveis, desenvolva uma identidade comum e alinhe as vontades dos diversos atores. Dos elementos nesta linha parecem necessários:



- a) Encadeamento de atores: agroalimentares, turismo e saúde. O sistema alimentar parece ter condições de desenvolver produtos específicos para a oferta turística territorial, que devem ser promovidos
- b) Cultura alimentar e denominação de origem. Embora a diversidade territorial e a sua expressão na diversidade da qualidade alimentar, esta ainda não se expressa na oferta alimentar turística. Assim, a cultura alimentar precisa revalorizar alguns produtos locais como, por exemplo, o feijão, milho tradicional e couve entre os mais jovens. O programa de educação alimentar nas escolas poderia colocar-se como um instrumento-chave no desenvolvimento e fortalecimento da cultura alimentar da região.

3. Próximos passos

3.1. FASE II- Identificação de Instrumentos Existentes

Avaliação/levantamento dos instrumentos e recursos disponíveis pelos governos territoriais para o atendimento das populações vulneráveis.

Uma vez definidos os pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças do sistema alimentar e das populações vulneráveis, identificam-se e avaliam-se os instrumentos locais, nacionais e de cooperação supranacional que permitem proteger as populações identificadas e fortalecer o sistema alimentar territorial. Os trabalhos são sistematizados em três eixos:

- a) A cultura alimentar;
- b) O sistema alimentar;
- c) A proteção social

3.2. FASE III- Intervenção

Com base nos elementos recolhidos nas fases anteriores, será elaborado, de forma participativa, uma proposta de ação multi - atores para a promoção de sistemas alimentares mais resilientes. Este plano procura ao nível da cultura alimentar local: a) otimizar os recursos alimentares disponíveis; b) fomentar a utilização da diversidade alimentar tradicional e; c) reforçar capacidades para a inovação na transformação e armazenamento de produtos alimentares locais.



Ao nível dos mercados alimentares inclusivos, serão apresentadas ações para: a) reforçar os mercados da agricultura familiar; b) reforçar circuitos curtos de abastecimento; c) reforçar/desenvolver cinturões verdes e; d) Gerir a sazonalidade e os sistemas de informação sobre os preços.

O plano de ação incidirá, ainda, na promoção da produção alimentar territorial através de: a) estímulo para a produção agroecológica (resolução de limitações das cadeias de abastecimento de agroquímicos); b) ordenamento territorial: otimização territorial da produção alimentar (quantidade e diversidade); c) reforço e desenvolvimento da produção de pomares e hortas coletivas; d) aumento das capacidades de produção de alimentos autónomos (hortas familiares). Nesta componente serão determinadas as necessidades de assistência técnica e de inovação e a sua (re)localização territorial.

O plano incide ainda na componente de apoio às populações mais vulneráveis através da análise de dois programas: (a) compras locais de alimentos e otimização de recursos alimentares disponíveis e; (b) programas de apoio financeiro direto.

A gestão da implementação e monitoramento do plano serão, preferencialmente, executadas por mecanismos de governança multi - atores territoriais ou concelhos territoriais de alimentação. As ações a implementar pelos órgãos de poder público poderão ser materializadas em política territorial específica.



BIBLIOGRAFIA

Câmara Municipal de São Pedro do Sul (2014); Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios de São Pedro do Sul (2015 a 2019); Caderno I – Diagnóstico;

Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios em Vouzela - Gabinete Técnico Florestal: https://www.cm-vouzela.pt/wp-content/uploads/2020/09/PMDFCI_CADERNOII.pdf

Comissão Técnica Independente (2018); Relatório Avaliação dos Incêndios ocorridos entre 13 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental; Março Assembleia da República; <https://www.parlamento.pt/Documents/2018/Marco/RelatorioCTI190318N.pdf>

Dorta Antequera Pedro, Lopez Diez Abel, Díaz Pacheco Jaime (2018); El Calentamiento global en el Atlántico Norte Suroriental. El Caso de Canarias. Estado de la cuestión y perspectiva de futuro; Cuadernos Geográficos 57 (2) pp 27 – 52. <https://revistaseug.ugr.es/index.php/cuadgeo/article/download/5934/6784>

FAO Stat; Pecuária Primária; <http://www.fao.org/faostat/es/#data/QL>

Hurtado, Adolfo (2014); Anotaciones para una aproximación al territorio y sus territorialidades; https://www.academia.edu/attachments/38206814/download_file?st=MTU4MjQ1Njg1MSwyMTluMTcuMTYyLjE3MCwzNTA2Mjc1&s=swp-toolbar

Sarmiento Francisco, Ferreira José, Hurtado Adolfo; 2009; Territorial Diagnosis Guidebook Action AID; https://www.academia.edu/14329825/Action_AID_Territorial_Diagnosis_Guidebook

Universidade de Porto; Geografia Física de Portugal; <https://web.lettras.up.pt/asaraujo/geofis/pp+ventos.jpg>



ENTREVISTAS

10-fev Telmo Costa, ADRL - Associação Desenvolvimento Rural de Lafões, Técnico Agrícola

10-fev Ângela Abreu, Câmara Municipal de São Pedro do Sul, Técnica Superior de Sociologia

10-fev Ângelo Rocha, Quinta da Comenda

11-fev Maria de Fátima Carvalho, Termas São Pedro do Sul, Responsável

11-fev Dona Josefina, Manhouce, ex produtora e promotora cultural comunitária

11-fev Dona Amélia, Covas do Monte, Produtora

12-fev Mónica Alexandra Marques, Centro Social Vila Maior, Diretora de Serviços

12-fev Maria Odete de Almeida, São Félix, Produtora

12-fev Graça Rodríguez, São Félix, ex produtora (idosa)

12-fev Fátima Carvalho, Loja de Produtos Agroalimentares,

12-fev Maria Teresa Sousa Almeida, UCC São Pedro do Sul, Coordenadora

12-fev António Martins, Agrupamento de Escola de Santa Cruz da Trapa, Diretor

12-fev Maria José Moura, Hotel Vouga (Termas), Cargo

13-fev João Caseiro, veterinário (Vouzela)

13-fev Sr. António Almeida, Antiga Cooperativa Agrícola de Lafões, Coletor de Leite (Aposentado)

13-fev Padre João, ADRL - Associação Desenvolvimento Rural de Lafões, Presidente

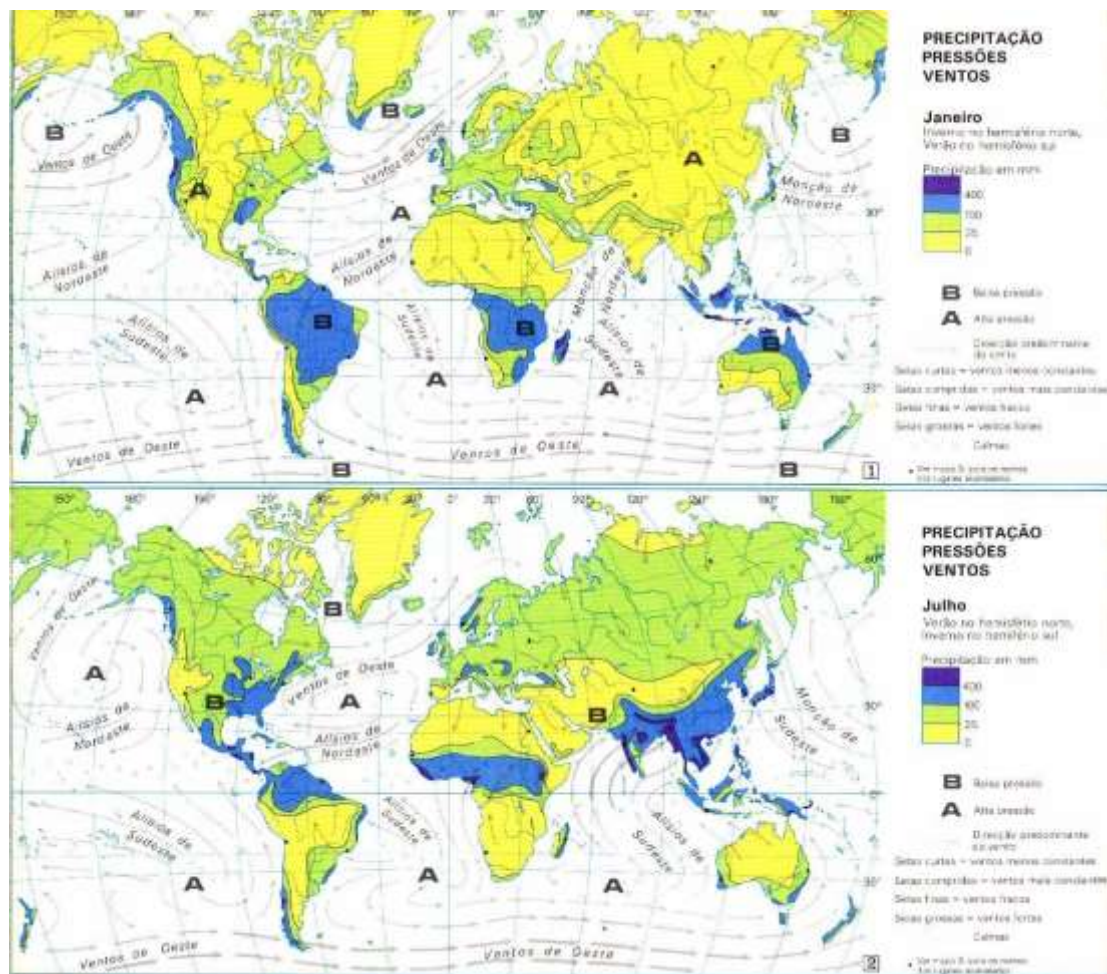
13-fev Margarida da Silva..., Montis, Técnica de Conservação



ANEXOS

Anexo 1. Precipitação Pressões e Ventos

Fonte: Tomado de Geografia Física de Portugal, Universidade de Porto





Anexo 2. Tabela dos Censos de 2001 e 2011 no Município de São Pedro do Sul

| Zona Geográfica | 2001 | | | | 2011 | | | | 2001/2011 % | | | msnm |
|-------------------------|---------------|--------|-------|-------|---------------|--------|-------|-------|-------------|---------|---------|------|
| | Densidade Pop | HM | H | M | Densidade Pop | HM | H | M | HM | H | M | |
| São Pedro do Sul | 54,80 | 19 083 | 9 154 | 9 929 | 48,40 | 16 851 | 7 894 | 8 957 | -13,2 % | -16,0 % | -10,9 % | |
| Baiões | 130,40 | 300 | 153 | 147 | 124,30 | 286 | 145 | 141 | -4,9 % | -5,5 % | -4,3 % | 335 |
| Bordinhos | 98,90 | 603 | 295 | 308 | 89,70 | 547 | 269 | 278 | -10,2 % | -9,7 % | -10,8 % | 350 |
| Candal | 7,80 | 150 | 59 | 91 | 6,10 | 118 | 52 | 66 | -27,1 % | -13,5 % | -37,9 % | 695 |
| Carvalhais | 62,30 | 1 762 | 870 | 892 | 50,70 | 1 436 | 695 | 741 | -22,7 % | -25,2 % | -20,4 % | 390 |
| Covas do Rio | 6,40 | 179 | 83 | 96 | 4,30 | 120 | 55 | 65 | -49,2 % | -50,9 % | -47,7 % | 440 |
| Figueiredo de Alva | 48,60 | 1 026 | 522 | 504 | 38,70 | 816 | 396 | 420 | -25,7 % | -31,8 % | -20,0 % | 460 |
| Manhouce | 21,40 | 836 | 365 | 471 | 16,50 | 647 | 279 | 368 | -29,2 % | -30,8 % | -28,0 % | 590 |
| Pindelo dos Milagres | 35,20 | 714 | 324 | 390 | 32,50 | 659 | 290 | 369 | -8,3 % | -11,7 % | -5,7 % | 460 |
| Pinho | 77,40 | 983 | 492 | 491 | 61,20 | 777 | 363 | 414 | -26,5 % | -35,5 % | -18,6 % | 385 |
| Santa Cruz da Trapa | 54,90 | 1 389 | 658 | 731 | 51,90 | 1 313 | 608 | 705 | -5,8 % | -8,2 % | -3,7 % | 360 |
| São Cristóvão de Lafões | 36,70 | 231 | 113 | 118 | 30,30 | 191 | 93 | 98 | -20,9 % | -21,5 % | -20,4 % | 380 |
| São Félix | 84,90 | 399 | 180 | 219 | 83,00 | 390 | 186 | 204 | -2,3 % | 3,2 % | -7,4 % | 360 |
| São Martinho das Moitas | 13,60 | 354 | 169 | 185 | 9,70 | 251 | 118 | 133 | -41,0 % | -43,2 % | -39,1 % | 660 |
| São Pedro do Sul | 315,80 | 4 011 | 1 907 | 2 104 | 291,10 | 3 697 | 1 727 | 1 970 | -8,5 % | -10,4 % | -6,8 % | 215 |
| Serrazes | 72,60 | 1 104 | 542 | 562 | 65,90 | 1 001 | 461 | 540 | -10,3 % | -17,6 % | -4,1 % | 340 |
| Sul | 30,60 | 1 409 | 684 | 725 | 23,70 | 1 090 | 507 | 583 | -29,3 % | -34,9 % | -24,4 % | 251 |
| Valadares | 53,00 | 1 007 | 457 | 550 | 42,40 | 805 | 357 | 448 | -25,1 % | -28,0 % | -22,8 % | 285 |
| Várzea | 237,90 | 1 499 | 728 | 771 | 277,00 | 1 745 | 827 | 918 | 14,1 % | 12,0 % | 16,0 % | 165 |
| Vila Maior | 121,20 | 1 127 | 553 | 574 | 103,40 | 962 | 466 | 496 | -17,2 % | -18,7 % | -15,7 % | 490 |

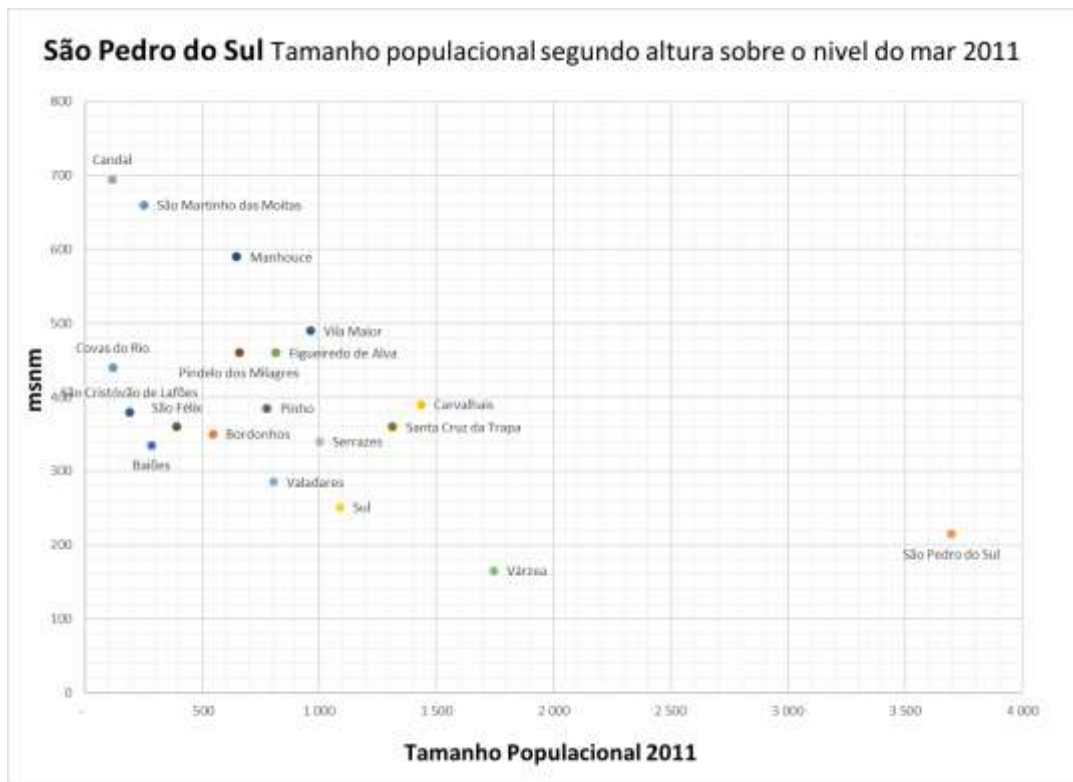
Fonte: Censos 2001 e 2011

Variações de População 2001 - 2001 > -40% > -20% Acumulado

Onde: **HM**: Homens e Mulheres; **H**: Homens; **M**: Mulheres; **msnm**: metros sob o nível do mar



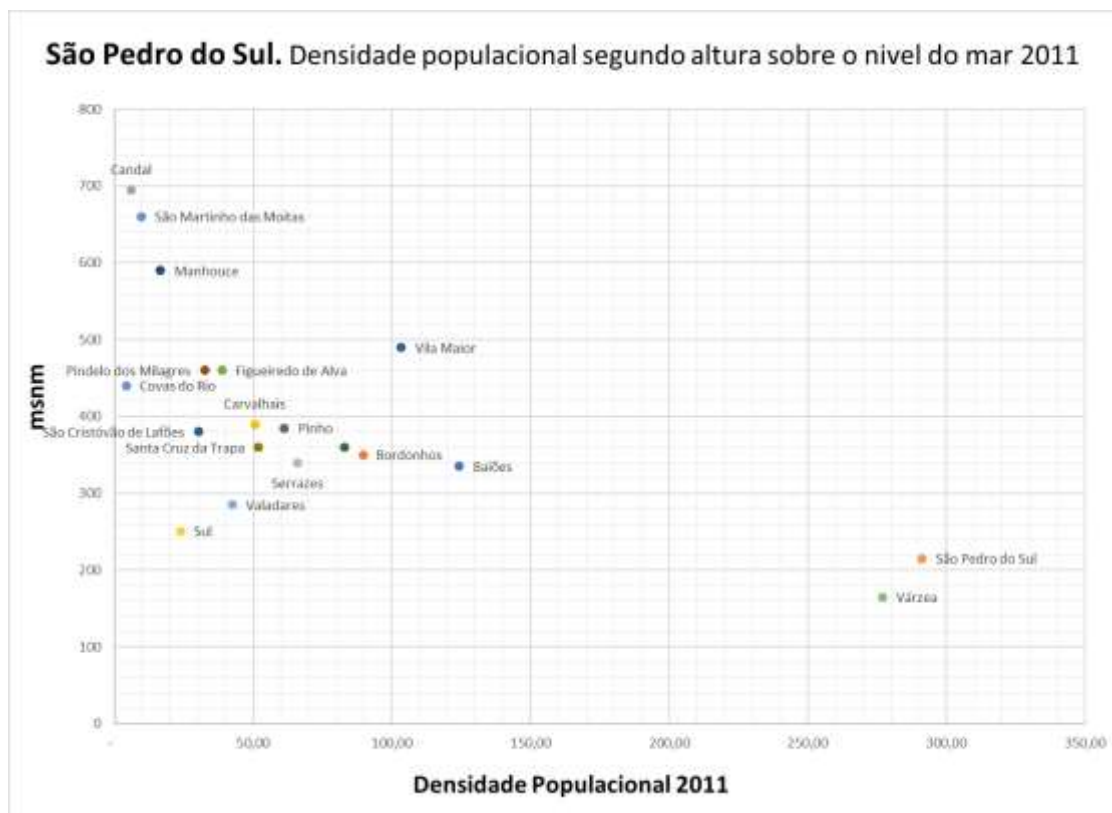
Anexo 3. Tamanho da População segundo altura sobre o nível do mar
Fonte: Censos 2011



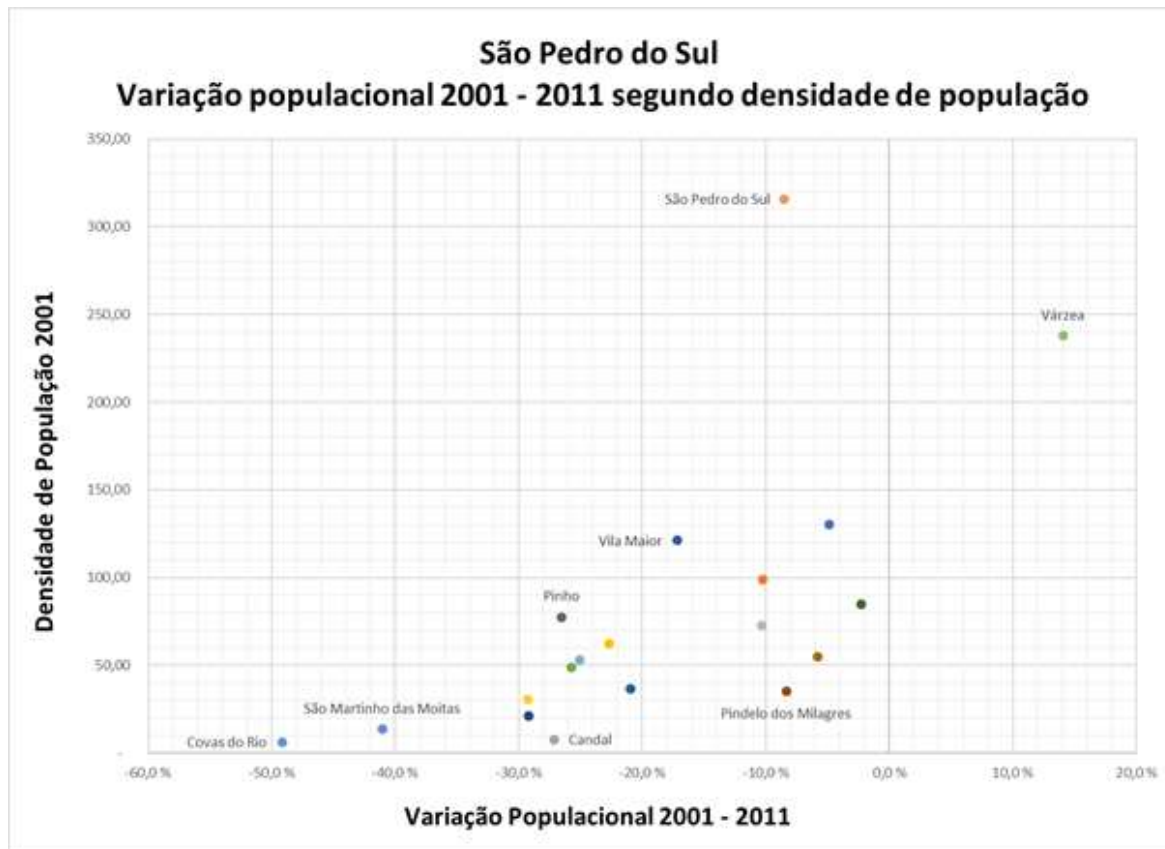


Anexo 4. Densidade da População segundo altura sobre o nível do mar

Fonte: Censos 2011

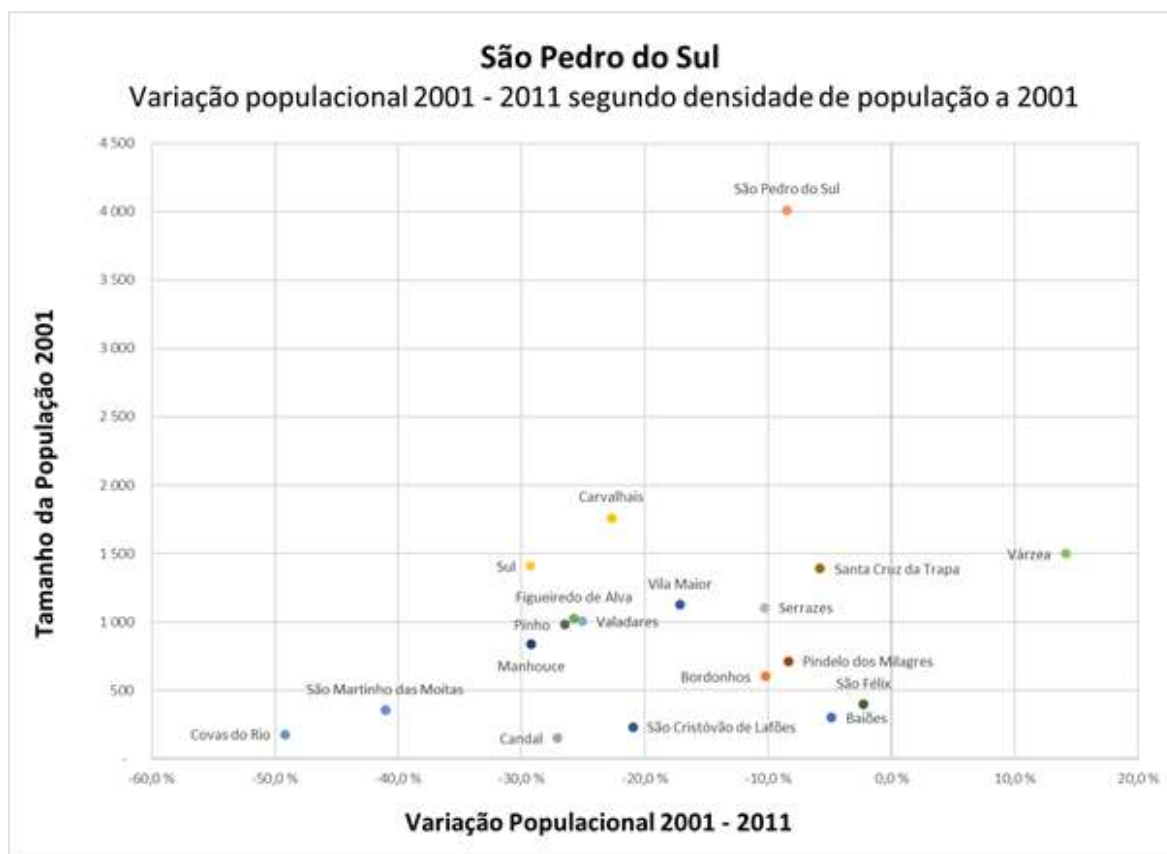


Anexo 5. Densidade da População em 2011 e variação de população 2001 – 2011
Fonte: Censos 2011





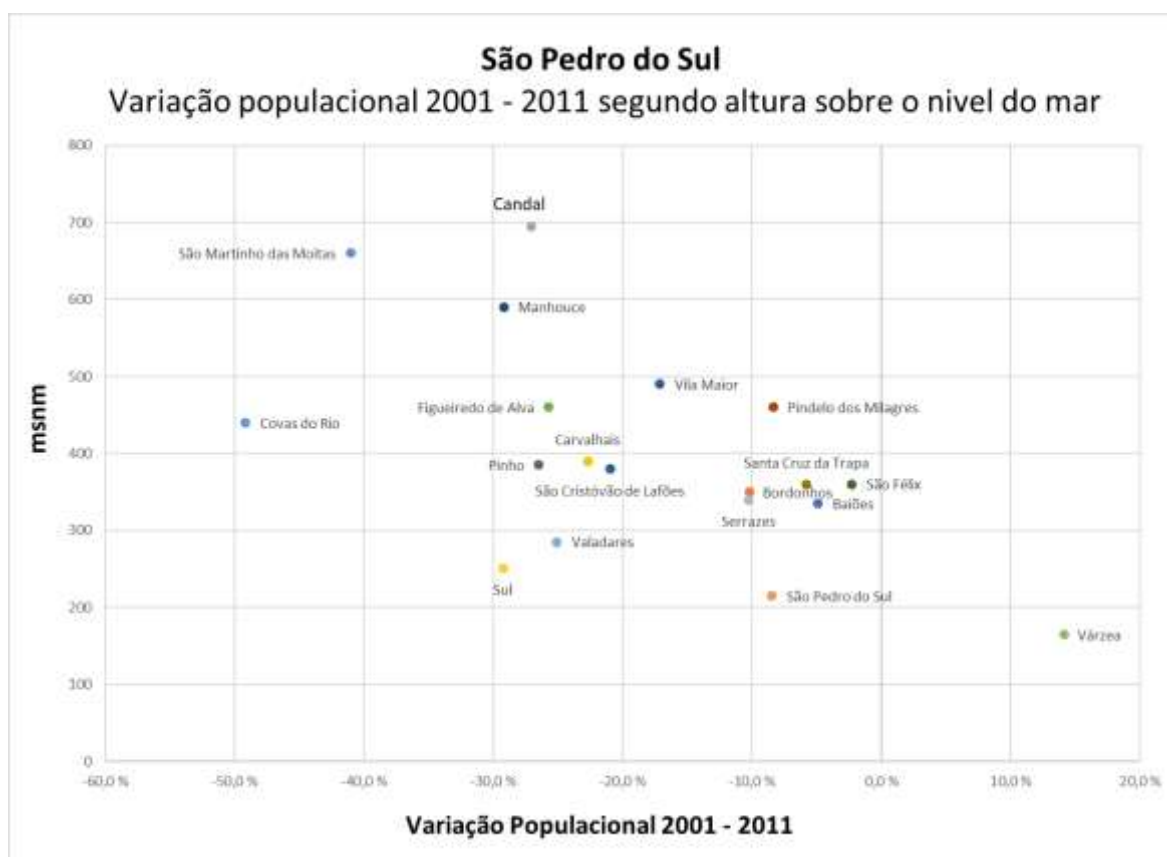
Anexo 6. Tamanho da População em 2001 e variação de população 2001 – 2011
Fonte: Censos 2011





Anexo 7. Tamanho da População a 2001 e variação de população 2001 – 2011

Fonte: Censos 2011





Anexo 8. Produção Pecuária (bovina, Ovina e Caprina) em Portugal. 1960 – 2018

Fonte: FAO STAT

